



**VIDA E MORTE DOS SANTIAGOS: O REALISMO MÁGICO NA
CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CONSCIÊNCIA EM MÁRIO VENTURA
LIFE AND DEATH OF SANTIAGO FAMILY: MAGICAL REALISM
IN THE CONSTRUCTION OF A NEW CONSCIOUSNESS IN MÁRIO
VENTURA**

Ana Maria Saldanha¹

RESUMO

Vida e Morte dos Santiagos, romance de Mário Ventura publicado em 1985, alegoriza o tempo histórico português recente, graças a um processo de criação literária em que a ficcionalidade cruza e dialoga com a realidade histórica. Crônica mágica do nascimento e decadência de uma aldeia imaginária, num Alentejo de sofrimento e de luta, a narrativa assume-se como uma reflexão sobre o passado recente do tempo de escrita da narrativa, para tal recorrendo a elementos do realismo mágico e do maravilhoso, típicos das narrativas sul-americanas. Pretendemos, deste modo, compreender o processo de construção de uma narrativa que, recorrendo a *topoi* da literatura realista mágica e maravilhosa, reflete sobre a História recente de um país que viveu sob uma ditadura de 48 anos, libertado a 25 de Abril de 1974, graças à eclosão de uma Revolução que introduziria reformas profundas no espaço agrícola das terras alentejanas do sul.

PALAVRAS-CHAVE: Mário Ventura; Literatura Portuguesa; Revolução de Abril; Realismo Mágico.

ABSTRACT

Vida e Morte dos Santiagos, a novel by Mário Ventura published in 1985, allegorizes recent Portuguese historical time, thanks to a process of literary creation in which fictionality intersects and dialogues with historical reality. Magical chronicle of birth and decay of an imaginary village, the narrative assumes itself as a reflection on the Portuguese recent past, using elements of magical and wonderful realism, typical of South American narratives. In this way, we intend to understand the process of construction of a narrative that, through the use of elements from magical and wonderful realist literature, reflects on the recent history of a country that lived under a dictatorship during 48 years, released on April 25 1974 thanks to the outbreak of a Revolution that would introduce deep reforms in the agricultural space on the southern Alentejo lands.

KEYWORDS: Mário Ventura; Portuguese Literature; Carnation Revolution; Magic Realism.

¹ Professora Adjunta Convidada do Instituto Politécnico de Macau (IPM), na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) / República Popular da China (RPC).



Introdução

Em 1985, Mário Ventura publica *Vida e Morte dos Santiagos*.

Ainda que publicada na década de 1980, esta obra incorpora diversos topoi da literatura neorrealista e, igualmente, elementos que relevam do realismo mágico e maravilhoso latino-americano. É de salientar, relativamente a este ponto, o fato de considerarmos que a estrutura narrativa da obra não constitui uma inovação literária, antes seguindo a estrutura do romance *Cien años de soledad*, de Gabriel García Márquez, publicado em 1967. O maravilhoso mágico da literatura sul-americana parece, pois, encontrar em *Vida e Morte dos Santiagos*, uma expressão em língua portuguesa (SALDANHA, 2011).

A narrativa ficciona o nascimento, o crescimento e a decadência de uma aldeia imaginária alentejana, Torranjo, cuja história se confunde com a própria história daquela que viria a ser uma família de latifundiários, os Santiago, da mesma forma que a aldeia de Macondo se confundira com a história da família Buendía (SALDANHA, 2018).

O patriarca, Custódio Santiago, marca a dinastia de uma família desmesurada e delirante, na qual o selo da solidão e da errância acompanha os seus descendentes. Muitos anos após a sua morte, Custódio Santiago continua a reger o destino predestinado dos Santiago, assim como José Arcadio Buendía rege o destino dos Buendía. Como narração *ab origine*, Torranjo constitui um relato explicativo das origens e, portanto, um mito cosmogónico. Torranjo é, neste sentido, um mundo imaginário organizado através de anacronismos, antecipações e repetições que estruturam o tempo desde a sua origem até à sua extinção, permitindo a dialética e complemento de duas categorias fundamentais para esse mundo: o mito e a História. Inventase um mito cosmogónico - a fundação de Torranjo, o nascimento da família Santiago - e, através dele, narra-se a terra alentejana (SALDANHA, 2011).

Vida e Morte dos Santiagos nasce uma década depois da Revolução portuguesa, num momento em que os escritores, libertos da recente censura do lápis azul, aprendem a reescrever em liberdade (LOURENÇO, 1994; LIMA, 1996). Este processo de escrita pós-Revolução dialoga, cruza e reflete sobre o passado recente ditatorial português, assim como sobre a Revolução que lhe pôs fim, alegorizando diversas experiências de exploração e de processos de luta recentes que marcariam a História portuguesa pós-25 de Abril de 1974. No caso de *A Vida e a Morte dos Santiagos*, a ficção cruza-se com o processo de Reforma Agrária português.

Considerando o ato de escrita como uma força material que ocorre num determinado local e situação histórica, possuindo uma afiliação a várias instituições (SAID, 1983) e estabelecendo um sistema de relacionamento com outras praxis sociais (VIALA, 1988), procuraremos acompanhar a representação do passado recente português que Mário Ventura enceta no romance mencionado.

Ainda que o conceito de realismo mágico remonte a 1925, é em 1948 que Arturo Usler Pietri, na sua obra *Letras y Hombres de Venezuela*, propõe a aplicação do realismo mágico aos contos venezuelanos das décadas de 1930 e 1940. Em 1949, no prólogo ao seu romance *El Reino de Este Mundo*, Alejo Carpentier associa o real-maravilhoso a especificidades socio-literárias sul-americanas. No seguimento deste postulado, Angel Flores, em 1954, no artigo «Magical Realism in Spanish American Fiction», considera que, a partir de 1935, a literatura hispano-americana entra numa nova etapa, inscrevendo autores latino-americanos numa tendência que designa de realismo mágico (CHAMPI, 1980; SERRA, 2013). É desde então que se tem vindo a abordar o realismo mágico, o qual ora é associado, ora é dissociado do realismo maravilhoso. Segundo Serra (2013), as premissas do realismo mágico assentam na história, na mitologia e nas crenças das comunidades onde a obra se manifesta.

Sem adentrar na problemática que ora associa, ora dissocia, realismo mágico e realismo maravilhoso, consideramos que Mário Ventura recorre a elementos maravilhosos e mágicos, típicos da literatura sul-americana, estabelecendo uma comunicação profunda com a obra *Cien Anos de Soledad*, de Gabriel Garcia Márquez.

Veremos, desta forma, de que forma os elementos mágicos e maravilhosos permitem estabelecer um diálogo com o presente da narrativa, graças a um exercício metaficcional historiográfico e intertextual em que a alegoria permite a mimetização ficcional da realidade, num processo reflexivo sobre a História recente do país.

A importância da palavra

A construção do mundo imaginário e alegórico de Torranjo apenas é possível graças à vida e língua daqueles que o povoam. Assim sendo, *Vida e Morte dos Santiagos* aborda um problema fundamental do Homem: a exploração, os métodos de imposição do poder, a Palavra imposta, o discurso que domina e que mata todos os outros discursos. Mário Ventura reflete, por conseguinte, sobre a dupla função da linguagem: a que oprime e a que liberta.

A linguagem que permite a rebelião e a revolta ameaça a ordem e a organização sociais do presente da narrativa, pelo que a necessidade de exterminar uma *linguagem libertadora* afigurava-se como um meio indispensável para a manutenção do poder de uma classe económica e politicamente dominante. Com efeito, o poder dependia de uma determinada linguagem, pelo que pretendia silenciar qualquer outra que pudesse vir a rivalizar com esta.

A linguagem do poder impõe, pois, o silêncio de outras linguagens e renega o discurso revolucionário e libertador.

Assim sendo, antes da ocorrência de um processo libertador que levaria avante uma Reforma Agrária, a personagem Marisa guarda papéis (sem os ler) até que, um dia, o filho, vendendo-os, “agarrou nos papéis e abalou porta fora, como se afastasse o perigo da peste” (VENTURA,

1986, p. 419). A violência do poder assumia, num contexto de opressão socioeconômico, uma opressão de ordem linguística: ao tentar impor uma palavra, silenciava todas as outras. A violência do poder é, neste sentido, também semântica; massacrar os homens não servia de nada se a palavra que permitia a contestação não fosse eliminada: “Principiou então aquilo a que alguns designariam mais tarde por época do terror, quando palavras como vermelhos e comunistas entraram pela primeira vez no léxico comum, estigmatizando inimigos invisíveis mas nem por isso menos perigosos” (VENTURA, 1986, p. 407).

Porém, as ameaças à linguagem do poder não vinham, apenas, do seu exterior.

Com efeito, a linguagem que se pretendia dominante sofre dificuldades a partir do seu próprio interior. As dificuldades que a linguagem dominante sofre são concomitantes com a ocorrência de uma regressão relativamente ao mundo original de Torranjo. Sendo assim, quando, no interior do poder, se inverte o processo de aquisição linguística, perdendo-se não apenas o sentido das palavras, mas, igualmente, os símbolos que as representam (ou seja, as letras) - e que figuram as coisas, os objetos, a realidade -, o poder entra em decadência. Esta decadência, fruto da perda do sentido e simbolismo das palavras, é personalizada pela personagem Purificação que, no fim da vida, dizia coisas incompreensíveis, assim como pela personagem Marisa que “com a menopausa voltara a falar o idioma materno” (VENTURA, 1986, p. 401) e que, no final da vida, falava uma linguagem estranha. A perda da linguagem é, pois, um sinal de alarme e acusa a quebra de coesão social (SALDANHA, 2011).

Uma vez esquecida a linguagem, resta a comunicação gestual, através da qual a comunicação se restabelece provisoriamente: Purificação, então velha, cega e surda, “comunicava com o mundo pelo tacto” (VENTURA, 1986, p. 276), tal como o fizera a personagem Úrsula de *Cien años de soledad*. Porém, a linguagem gestual dificilmente pode substituir a linguagem oral na comunicação entre os Homens, pelo que a sua perda, por parte de Purificação prenuncia não apenas o fim da coesão familiar, mas, igualmente, o fim de Torranjo *ab origine* (SALDANHA, 2011).

Na dialética entre a palavra que domina e a palavra que resiste, o narrador assume a sua omnipresença e revela o conhecimento dos eventos passados, presentes e futuros.

Magia e narrador onisciente

O narrador é, em *Vida e Morte dos Santiagos*, onisciente (modalidade narrativa própria da biografia e da crônica).

O narrador vê e sabe o passado, o presente e o futuro, conhecedor que é da realidade fictícia de Torranjo, encontrando-se em todas as situações e dentro de todas as perspectivas do que é narrado (mesmo do que fica por narrar). O narrador relaciona, desta forma, feitos que ocorrem ou que vão ocorrer ou que já ocorreram, unindo tempos distantes, dominando o Tempo

e, por conseguinte, a própria obra. Esta capacidade de dominar o que se passou e o que se passará, para além daquele passado, permite-lhe controlar a cronologia das peripécias e ordená-las a partir do futuro até ao passado: “Muitos anos depois ainda podiam descobrir no amontoado [...] um vistoso prato de porcelana” (VENTURA, 1986, p. 85).

O seu papel omnisciente leva, igualmente, o narrador a relatar os feitos que, desde a origem de Torranjo, nos permitem acompanhar a sua formação, crescimento e queda. Esta capacidade de manejar o tempo livremente permite que a obra se inicie por uma antecipação: o conhecimento do último patriarca de Torranjo. O narrador, controlador do tempo e de tempos, voltará, mais tarde, a este episódio, contudo já depois de narradas a origem e formação de Torranjo. É assim que Custódio, bisneto do primeiro patriarca, preconiza “a queda inelutável da classe dominante por culpa exclusiva da sua leviandade e estupidez” (VENTURA, 1986, p. 328). A onipotência do narrador é, portanto, prenunciadora da decadência a que será votada a família dos Santiago: Purificação via, frequentemente, “o presente como um rio caudaloso conduzindo inelutavelmente ao descalabro” (VENTURA, 1986, p. 132) e a prata e o ouro que haviam sido coletados durante a juventude de Custódio, aquando das tentativas de ocupação francesa, deixarão, a partir de um certo momento, de aparecer nas terras à volta da Casa-Mãe (SALDANHA, 2018).

O narrador anuncia, assim, as características que, desde o primeiro ao último dos Santiago, marcarão o destino desta família: a errância e a solidão.

Vaticinadas desde o nascimento do patriarca de Torranjo, filho de mãe cigana, a errância e a solidão são dois dos temas que pressagiam males futuros à estirpe dos Santiago: “Vamos acabar muito mal se não aparece quem dê a volta a isto” (VENTURA, 1986, p. 127). Cada membro da família herda o carácter errante e solitário do primeiro Santiago, reproduzindo o destino do seu antecessor, e pressagiando o fim do modelo de organização socioeconómico de Torranjo.

A recorrência de características próprias à estirpe dos Santiago anuncia outro dos tópicos mágicos da narrativa, a circularidade temporal, a qual não se pode desligar de outra característica mágica: a recorrência mítica.

A circularidade do tempo narrativo e a recorrência mítica na narrativa

Apesar de o tempo em *Vida e Morte dos Santiagos* respeitar uma cronologia histórica, ele é também cíclico e, portanto, repetitivo.

A componente fantástica inicial é-nos imposta pelo tempo e pelo fruto extraordinário do trabalho de Adelaide e de Cristóvão que, fundando Torranjo, fundam o latifúndio alentejano finissecular.

Nesse sentido, a unidade narrativa termina onde começara, ou seja, o romance abre com

o seu fim. O leitor toma imediatamente contato com Custódio Santiago (bisneto) e apenas algumas páginas depois se identifica a abertura da obra com o passado: Custódio pergunta-se “com alguma perplexidade se o vulto do rosto imberbe e os olhos claros seria o mesmo que muitos anos antes, no início do nascimento de Torranjo, por ali vagueara durante um ror de tempo” (VENTURA, 1986, p. 10-11). É, assim, Custódio Santiago (bisneto) - ele próprio fruto da reversibilidade temporal - que anuncia a reversibilidade do tempo da narrativa: “Não tarda muito, corja dum cabrão, que volteis ao nada donde saístes, e que toda esta aldeia que vos pariu regresse ao zero que era antes de eu e só eu a fazer!” (VENTURA, 1986, p. 10). Custódio remete-nos, por conseguinte, para um mundo imaginário no qual as personagens são meras imagens de outras personagens, onde o passado recente e o passado anterior se mesclam (SALDANHA, 2011).

A circularidade temporal respeita, igualmente, um número de dias, de meses e de anos precisos.

A instalação na Torre do Anjo é feita após doze meses de deambulação, sendo o proprietário um Visconde de dezasseis grandes propriedades. Esta propriedade “onde o mato crescia à altura das árvores e mais peças de caça produziam que grãos de trigo, valhacouto de bandoleiros e contrabandistas, onde os únicos sinais de vida eram as batidas ao javali que o fidalgo organizava” (VENTURA, 1986, p. 86) assemelha-se à imagem da futura decadência de Torranjo, já sob a autoridade dos Santiago, mais de um século depois da chegada de Adelaide e de Custódio à Torre do Anjo. O tempo mítico representado pelo período de doze meses é, desta forma, recorrente: a instalação de Adelaide e de Custódio na Torre do Anjo correspondeu a “um ano de trabalho em que a terra nada lhes dera” (VENTURA, 1986, p. 61), durante doze meses se ausentou Custódio quando decidiu partir para combater os liberais e doze meses tentou o Visconde da Terra do Anjo dominar a falta de géneros. A circularidade do tempo é, portanto, simbólica. Assim sendo, Custódio bisavô e Custódio bisneto encontram-se, em momentos espaço-temporais distintos, com um louco.

No plano do trabalho, a circularidade temporal simboliza a miséria ancestral do Homem e a luta de classes que sempre marcara as relações de produção no latifúndio alentejano. Nesse sentido, a exploração e a miséria fazem parte de um ciclo histórico, no qual os homens aceitavam a crueldade como “uma desforra encaminhada ao acaso contra vexames e misérias seculares” (VENTURA, 1986, p. 139). A circularidade temporal permite que o autor questione o processo de exploração incessante a que estiveram sujeitos, ao longo de séculos, aqueles que nunca detiveram qualquer meio de produção, problematizando, em paralelo, a questão da propriedade da terra (SALDANHA, 2018).

Assim sendo, Adelaide e Custódio tomam consciência da desigualdade e da injustiça que representa entregar metade da sua produção a um feitor, que, sem trabalho, enriquece graças ao trabalho de ambos. A consciência da injustiça e da exploração, que inicialmente constituía uma

característica de Adelaide e Custódio, será, mais tarde, a consciência de todos os habitantes de Torranjo, injustiçados e explorados por aqueles que viriam a deter a propriedade, e que primeiro haviam manifestado a consciência dessa mesma exploração. Apesar da injustiça de saber a terra propriedade de um aristocrata que não a trabalha, Custódio reiniciará um novo ciclo de exploração e, portanto, uma nova recorrência temporal (SALDANHA, 2011).

O ciclo da exploração é, igualmente, marcado pela recorrência do nome *Santiago*.

As personagens são nomeadas simbólico-alegoricamente, o nome representando o destino daquele que o carrega e metaforizando a transmissão hereditária de uma memória familiar. O *Custódio Santiago* que abre a obra não se refere a feitos ocorridos na sua vida, mas a feitos ocorridos na vida do seu bisavô homônimo, fundador de Torranjo. O segundo patriarca de Torranjo herda, portanto, o destino do primeiro patriarca, tal como os Buendía haviam herdado o destino passado dos seus antecessores. Assim, o pai do primeiro Custódio Santiago, Custódio Currales, “gabava-se de caminhar sempre em frente sem nunca ter encontrado o mar e assim mesmo voltando aos locais onde já estivera antes, no termo de jornadas que se completavam em ciclos de meses e às vezes anos” (VENTURA, 1986, p. 27). Custódio Santiago prolonga a herança paterna, e “durante os meses de caminhada, sempre em frente, como fazia a tribo de que provinha, Custódio sentiu-se regressar à antiga existência de cigano” (VENTURA, 1986, p. 55).

Encontramo-nos, em suma, perante um eterno jogo dialético entre reversibilidade e linearidade, numa metaficção resultante da dialética entre o tempo passado e o tempo recente, tudo sintetizado na História de Torranjo. O tempo histórico coabita, portanto, com o tempo mítico, o qual engloba uma realidade fictícia e um espaço sobrenatural: o espaço imaginário de Torranjo metaforiza o próprio Alentejo, e a história do latifúndio de Torranjo é a história do latifúndio alentejano (SALDANHA, 2018).

O primeiro ciclo de Torranjo: o enriquecimento de Custódio e de Adelaide

A fundação do monte de Torranjo é precedida pela história daqueles que serão os seus fundadores.

O encontro de Custódio e de Adelaide, a ascensão de Custódio no interior do Exército, e a adoção do nome do antigo companheiro de Adelaide - Santiago - inauguram a narração *ab origine*. As origens passam pela descoberta do prazer sexual mútuo, o qual inaugura a fusão de Custódio e de Adelaide e prenuncia riquezas futuras. A fundação de Torranjo é o resultado de um trabalho árduo, contudo dificilmente explicável pela mera força de trabalho dos seus dois fundadores: “As moitas mais cerradas, nas quais Custódio se enredava como em correias de ferro, caíam ao primeiro golpe de gadanha empunhada pela mulher, uma árvore inútil mas de raízes sólidas abatia-se sem custo quando era ela a incitar as mulas” (VENTURA, 1986, p. 63).

Ao furor do trabalho segue-se o furor sexual, ambos acompanhando o crescimento de Torranjo, enquanto a matriarca aqui se mantiver (SALDANHA, 2011).

A autoridade fundamenta-se, num primeiro tempo, no trabalho, no milagre da descoberta da água, na casa construída e no primeiro empréstimo feito. Evolui, depois, através da apropriação da força de trabalho e do domínio económico, anunciador de um modo de produção que, na realidade sociohistórica do Portugal aqui representado, se expandia pelos campos do sul. Este modo de produção acompanha o enriquecimento do casal fundador de Torranjo, o qual se materializa graças à aquisição de objetos, minerais e comida, inacessíveis à grande maioria dos trabalhadores agrícolas de Torranjo. A posse material destes elementos permite a Custódio Santiago a sua elevação a uma posição de domínio, a qual se consubstanciará aquando da compra das terras do Visconde, um ato que permitirá a Custódio tornar-se, de facto, proprietário.

O segundo ciclo de Torranjo: progressão na hierarquia social

Findo o primeiro ciclo de Torranjo - a instalação - segue-se o distanciamento de Custódio em relação aos outros trabalhadores, fruto da sua cada vez mais próxima condição de proprietário dos meios de produção, já que, cada vez mais, se preocupa em acumular riqueza, e não em produzir (SALDANHA, 2018).

É a partida/morte imaginária de Adelaide e o subsequente alargamento da área do monte, em detrimento da produtividade, que anunciam o fim do vínculo de classe que ainda persistia entre, por um lado, Custódio e Adelaide e, por outro, os trabalhadores agrícolas. A quebra deste vínculo anuncia a ascensão social de Custódio à classe possuidora dos meios de produção.

Custódio torna-se, então, definitivamente, no explorador que vive ora da apropriação da força de trabalho daqueles que nada possuem, ora do arrendamento de parcelas de terra, exigindo que os homens a quem dera trabalho apenas dependessem “da sua vontade de os manter ou expulsar” (VENTURA, 1986, p. 116). Ainda que, por enquanto, Custódio não seja o proprietário, de fato, das terras, aproxima-se deste feito. A casa principal torna-se, então, na simbólica Casa-Mãe.

A diferenciação que se estabelece entre Custódio e os outros trabalhadores inicia um novo ciclo - segundo ciclo de Torranjo - que, tal como o primeiro (inaugurado com uma forte componente sexual: a de Adelaide e de Custódio), é marcado por uma nova sexualidade, a de Custódio e de Purificação. Tal como a *Peste da Insónia*, em Macondo, também em Torranjo ninguém conseguia dormir devido à intensa atividade sexual daqueles.

Purificação e Custódio tornar-se-ão, gradualmente, agiotas agrícolas, cada vez mais distantes do mundo do trabalho e desfrutando do fruto do trabalho de uma mão-de-obra ou assalariada, ou arrendatária. Reproduz-se, desta forma, a exploração já existente nos tempos aristocráticos da Torre do Anjo “pois Santiago, além das terras tomadas de renda ao feitor,

recebia uma a uma as que estavam em mãos de outros rendeiros, transformados em mão-de-obra barata e grata pela transferência de uma responsabilidade que não haviam podido aguentar” (VENTURA, 1986, p. 118).

Custódio desliga-se, gradualmente, da produtividade necessária das terras para se preocupar com a acumulação de riqueza, o que terá como consequência o alastramento da pobreza e o endurecimento das condições de trabalho: ao alastramento da miséria corresponde o constante alargamento da Casa-Mãe (SALDANHA, 2018).

O terceiro ciclo de Torranjo: a propriedade da terra

O primeiro período de Torranjo - a sua fundação - é seguido por um período de diferenciação entre Custódio Santiago e os restantes trabalhadores, fato este que anuncia a ascensão próxima a uma nova classe social.

O terceiro ciclo – que corresponde ao momento em que Custódio se torna, de facto, proprietário das terras do Visconde da Torre do Anjo-, tal como os anteriores, é antecedido por fenómenos mágicos: “Os homens descobriram-se em silêncio e ficaram imóveis, extinguiu-se o guizalhar dos animais, o frio da madrugada desapareceu de todo e o fulgor do sol caiu subitamente sobre Torranjo” (VENTURA, 1986, p. 150).

Este novo ciclo se inicia, portanto, quando Custódio assume uma posição social de domínio, antes ocupada pelo Visconde, comprando-lhe todas as terras da Torre do Anjo e assumindo a sua nova posição de classe nas relações de produção, a qual se encontra íntima e inelutavelmente ligada com a posse da terra (SALDANHA, 2018).

Instala-se, então, entre os operários agrícolas e rendeiros, um sentimento de medo e de submissão a Custódio (SALDANHA, 2018).

A percepção da importância socioeconómica da propriedade privada transmite-se por via familiar, pelo que os filhos modificariam os seus comportamentos “a partir do momento em que se reconheciam participantes na acumulação da riqueza” (VENTURA, 1986, p. 155). Custódio e seus descendentes encarnam, a partir de então, o comportamento da classe a que passaram a pertencer: Custódio José recebia do avô “a força cada vez maior para exercer sobre toda a gente um despotismo sem limites” (VENTURA, 1986, p. 287).

O monopólio e a concentração de terra trazem com eles uma estrutura ideológica que será sustida pela religião, a qual se une ao poder agrário-financeiro e ao poder político, dando origem a uma *Santa Trindade* ao serviço de uma classe dominante oligárquica. Com a religião, ressurgem o fenómeno milagreiro (que, no primeiro ciclo de Torranjo, já havia sido atribuído a Adelaide), o qual, manipulado no imaginário popular, impõe o respeito e a ordem necessários ao domínio classista de Custódio.

Os ciclos de Torranjo e a sexualidade

Cada um dos três ciclos da história de Torranjo corresponde a uma nova etapa sexual.

O primeiro ciclo correspondera à ligação de Custódio e de Adelaide, o segundo ciclo à ligação de Custódio e de Purificação, enquanto o terceiro ciclo se inaugura com a ligação amorosa de Custódio e de Maria da Piedade (SALDANHA, 2011).

Porém, a ascensão de classe que marcou o segundo ciclo de Torranjo (e que perdura no terceiro ciclo) vai ser seguida pela desestruturação do modelo latifundiário capitalista, do sul português. Esta desestruturação é anunciada pela partida/morte imaginária de Adelaide, pelo zelo mútuo das primas Júlia e Otília, pelas catástrofes provocadas pela errância dos Santiago, pela milagrosa riqueza do primeiro casal Santiago e pelo incesto. Este último, anuncia o fim próximo da organização socioeconómica de Torranjo através das ligações incestuosas que se mantêm no interior da família.

O tema do incesto² é inaugurado por Custódio José que, ao casar-se com uma prima, Angelina Fernandes, estabelece uma relação de consanguinidade. Domitília (neta do primeiro Custódio Santiago), por seu lado, à imagem de Amaranta Úrsula de *Cien años de soledad* (apesar de não ser virgem, como Amaranta o era), nunca se casou; todavia, toma conta “do pequeno Custódio, tratando-o e amando-o como se de si própria houvesse nascido” (*Vida e Morte dos Santiago*, 1986, p. 281), numa relação na qual se confundem desejo de maternidade e desejo sexual.

Também Custódio Santiago (bisneto do primeiro patriarca) se casa com uma prima, Maria da Anunciação, que, após seis gravidezes sem sucesso, dá à luz Tónico, um surdo-mudo. Tal como tinha sido vaticinado, o filho legítimo de Custódio Santiago, bisneto do primeiro patriarca, apesar de não nascer com nenhum elemento mágico ou fantástico, nasce com uma deficiência, após sete (número mágico) gravidezes sem sucesso de sua mãe. Marisa O’Donnell³ - amante, desde criança, de Custódio Santiago - não é do sangue dos Santiago; contudo, o fato de ela e de Custódio terem crescido como irmão e irmã, torna a união sexual de ambos numa ligação incestuosa e, portanto, anunciadora de um fim que se avizinha e que seria trazido pela Revolução de Abril de 1974.

Ainda que na estirpe dos Santiago o tema do incesto assumia uma preponderância menor do que no mundo mágico de Macondo, a tentação do incesto marca, apesar de tudo, a vida dos últimos Santiago, pressagiando o término da organização socioeconómica fundada por Custódio Santiago.

2 Relativamente ao tema do incesto, vale a pena referir o fato de, nos meios rurais portugueses, não ser incomum encontrar relações afetivas e casamentos entre primos do primeiro grau.

3 O facto de Marisa ter sido incorporada na família dos Santiago marcou-lhe, inelutavelmente, o destino, comendo, tal como Júlia de *Cien años de soledad*, a cal das paredes.

O quarto ciclo de Torranjo: o Alentejo revolucionário

Os acontecimentos sociopolíticos que foram ocorrendo em Portugal (Revolução liberal de 1820, implantação da República, Guerra Civil Espanhola (1936-1939) pouco ou nada afetaram Torranjo, antes contribuindo para a solidificação do latifúndio alentejano. Foram, contudo, testemunhas de um processo de decadência irreversível, anunciado pela industrialização, mas imprevisivelmente concretizado pela Revolução de Abril.

Enquanto os Santiago nascem, crescem e morrem, Torranjo cresce, enriquece, arruína-se e, não desaparecendo da superfície terrestre, como Macondo, transforma-se no que nunca fora: propriedade daqueles que sempre trabalharam as suas terras.

O papel desempenhado por forças sobrenaturais, mágicas ou fantásticas é, assim, paralelo à representação de um passado recente da História de Portugal, simbolizado quer pelos três ciclos de vida de Torranjo, quer por um quarto e novo ciclo (ou, se preferirmos, o primeiro ciclo de uma nova História): a Revolução de Abril⁴.

No primeiro ciclo da narrativa, Custódio assume, gradualmente, uma posição de chefia, a qual se concretiza, de facto, quando se torna proprietário dos meios de produção. Por outro lado, a posição de latifundiário, desde sempre ambicionada por Custódio, solidifica-se após o desaparecimento de Adelaide, quando então se assiste a um novo processo de concentração de terras (SALDANHA, 2018).

A morte do patriarca da estirpe dos Santiago anuncia, por seu lado, transformações futuras. Os habitantes de Torranjo desejam mudanças; contudo, ainda aguardam “em tristonha apatia, uma ocorrência susceptível de lhes demonstrar que a morte de Custódio Santiago desencadeara as transformações desejadas, embora ninguém soubesse dizer com precisão como as entendia ou pretendia” (VENTURA, 1986, p. 315).

O domínio absoluto de uma classe sobre outra inaugura uma onda de (e)migração (cf. Ventura, 1986, p. 384-385), quando a ditadura, a partir de 1926, se impõe, definitivamente, como a estrutura de organização do Estado necessária ao aprofundamento de um modelo socioeconómico que então se desenvolvia. O poder político e o poder económico mesclam-se numa promiscuidade tal que o resultado final consistiu na atribuição de “uma importância política proporcional à grandeza dos bens” (VENTURA, 1986, p. 393). A união sela-se por casamentos de conveniência: Maria Laura (neta do bisneto do primeiro patriarca) casa-se com um advogado fortemente ligado ao regime, unindo-se, através de um ritual religioso, “a posse da

⁴ Portugal teve uma ditadura de 48 anos, a qual se inicia com o golpe de Estado de 28 de maio de 1926, que põe termo à Primeira República. Inicia-se, então, um período, em Portugal, marcado pela opressão e pela violência, o qual se consolida com a aprovação da Constituição de 1933 (a qual cria, por exemplo, uma polícia política: PIDE). É, igualmente, a partir deste momento que António de Oliveira Salazar assume a Presidência do Conselho de Ministros (que, hoje, se equipara à posição de Primeiro-Ministro), acentuando-se, desde então, o carácter ditatorial e totalitário do modo de organização socioeconómico português.

terra com o poder político” (VENTURA, 1986, p. 413). Pretende-se, deste modo, salvaguardar a propriedade privada, “instituição sagrada provindo directamente de Deus” (VENTURA, 1986, p. 395).

A opulência de uns e a submissão de outros faziam, todavia, despontar a consciência, nos operários e rendeiros agrícolas, da sua situação como explorados, que, assim, ameaçavam tornar-se, gradualmente, “num exército de inimigos silenciosos” (VENTURA, 1986, p. 418).

Essa conscientização ganha forma quando os trabalhadores se organizam, exigindo melhores condições de vida e de salário, ameaçando, assim, o domínio socioeconómico do terratenente: “E as obras não se teriam, talvez, interrompido jamais, se um belo dia o povo não se amotinasse – e mais adiante veremos como foi -, cercando a Casa-Mãe em grande gritaria, exigindo pão, trabalho, salários decentes e, finalmente, a própria cabeça do senhor de Torranjo” (VENTURA, 1986, p. 353). A conscientização e organização dos trabalhadores põem em causa o sistema de organização que se encontra na origem da própria exploração, assim como a propriedade privada que “cria todas as infelicidades” (VENTURA, 1986, p. 362).

Será no fim da vida de Custódio Santiago (bisneto) que os trabalhadores perderão, definitivamente, o medo à classe que os explorava, a tal ponto que o terratenente se torna objeto de galhofa e de humilhação. Findara, deste modo, a tríade cíclica que metaforizara a exploração secular dos trabalhadores agrícolas alentejanos, e uma nova era tem início (SALDANHA, 2018).

A Revolução de Abril inaugura a Reforma Agrária necessária.

Em *Vida e Morte dos Santiagos* são os trabalhadores que, num certo momento histórico, tomam as rédeas do seu destino, tornando-se, eles próprios, nos atores e agentes de mudança. José Santiago, que viria a cair na ociosidade da sua condição de descendente da burguesia fundiária, descreve, porém, este herói - o povo - como “o único digno desse nome, sofredor mas nunca resignado, lídimo descendente dos servos de outrora, e que quando menos se precatassem os senhores de sempre aí estaria a mudar o rumo reaccionário da história, acabando com a opressão e a propriedade” (Ventura, 1986, p. 430).

A propriedade privada que havia permitido a ascensão de Custódio à burguesia fundiária, é, com a Revolução de Abril, transformada em propriedade coletiva e “o símbolo do poder dos Santiago assume depressa a feição de um fantasma perdido no meio da agitação que se apossara de Torranjo” (VENTURA, 1986, p. 438).

Conclusão

Em *Vida e Morte dos Santiagos* assistimos a uma reescrita da História à qual subjaz uma leitura crítica do passado português, numa subversão da relação entre a verdade e a ficção. Esta atitude é marcada por um narrador omnipresente e omnisciente, cujo discurso crítico acompanha

a diegese, pelo que o narrador de *Vida e Morte dos Santiagos* desconstrói o passado e convida o leitor a atribuir-lhe um novo sentido.

Vida e Morte dos Santiagos revela, igualmente, a presença do fenómeno da intertextualidade. Na sequência da proposta conceptual de Gérard Genette (1982) (segundo a qual aquele fenómeno engloba a citação, o plágio e a alusão), e considerando a intertextualidade num sentido mais amplo (as relações que um texto estabelece com outro texto e que, portanto, não passam, necessariamente, pela citação ou pela alusão), a estrutura narrativa e o sequenciamento dos eventos remetem-nos quer para o realismo mágico sul-americano, em particular para o romance de Gabriel García Márquez, *Cien años de soledad*, quer para o realismo maravilhoso. Porém, para além da evidente comunicação com elementos maravilhosos e mágicos, o espírito crítico da obra revela, em paralelo, influências do neorrealismo, corrente cultural antifascista que fora portadora de uma nova Palavra.

A influência neorrealista estende-se ao espaço geográfico da narrativa.

Com efeito, há que assinalar que na literatura neorrealista (segunda metade do século XX) os autores privilegiaram a terra alentejana como espaço de reflexão sobre a exploração a que é submetido o Homem (Saldanha, 2011; Saldanha, 2018). Assim sendo, situando o Alentejo no presente de escrita da diegese, Mário Ventura faz ressurgir o elemento ideológico da obra, uma vez que essa região se inscreve na literatura portuguesa como um espaço arquetípico do romance militante e denunciador da miséria e da exploração. O autor amplifica, por conseguinte, a miséria do espaço português ditatorial, mesclando o cenário da obra e o território real. O Alentejo liberta-se, neste contexto, de um espaço físico predeterminado inaugurando um novo espaço de representação de relações de poder. Por outro lado, ao desconstruir a imagética religiosa e imperial portuguesa, o leitor lê e decifra o empenho social e interventor do autor, que assim dá voz a um novo herói: o trabalhador dos campos do Alentejo.

Estamos, em suma, perante uma obra literária engajada, conscientes do *ser* português, do seu imaginário e do mundo no qual se insere.

Referências:

CHAMPI, Itamar. *O realismo maravilhoso*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

GENETTE, Gérard. *Palimpsestes. La littérature au second degré*. Paris : Seuil, 1982.

LIMA, Isabel Pires, 1996. Rememorar e Futurar ou a Invenção da Pátria. *Discursos. Estudos de língua e cultura portuguesa*, Universidade Aberta, pp. 136-146, 1996.

LOURENÇO, Eduardo, 1994. *O Canto do signo: existência e literatura (1957-1993)*. Lisboa: Presença, 1994.

SAID, Edward. *The World, the text and the critic*. NewYork: Pantheon, 1983.

SALDANHA, Ana. Narrativa Portuguesa Pós-Revolução: os Autores Mulheres e as Novas Representações Sociais. *FronteiraZ: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária*, PUC-São Paulo, n° 12, 2014, pp 140-162. URL: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5648238>

SALDANHA, Ana. *O Antagonismo entre o herói individual e o protagonista coletivo: o imaginário português através da história e da literatura após o 25 de abril de 1974*. Tese de Doutorado. Grenoble/Lisboa: Université Stendhal/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

SALDANHA, Ana. *Representações literárias da questão agrária na primeira metade do século xx*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SERRA, Paulo. *O realismo mágico na obra de Lídia Jorge, João de Melo e Hélia Correia*. Tese de Doutorado. Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2013.

VENTURA, Mário. *Vida e morte dos Santiago*. Lisboa: D. Quixote, 1986.

VIALA, Alain. Effets de champ, effets de prisme. *Littérature*, n° 70, pp. 64-72, 1998.